



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

Conselho Federal de Medicina Veterinária	
Folha	N.º do Processo
Rubrica	

**CONTRATO CFMV Nº 24/2018**

INSTRUMENTO DE CONTRATO PARA  
“PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MAILING  
JORNALÍSTICO” QUE ENTRE SI  
CELEBRAM O CONSELHO FEDERAL DE  
MEDICINA VETERINÁRIA – CFMV E A  
EMPRESA GMAES TELECOM LTDA-ME.

**CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA - CFMV**, Autarquia Federal criada pela Lei nº 5.517, de 1968, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.119.784/0001-71, sediada nesta Capital Federal, no SIA, Trecho 6, Lotes 130 e 140, neste ato representada por seu Presidente, **FRANCISCO CAVALCANTI DE ALMEIDA**, brasileiro, casado, médico veterinário, inscrito no CRMV-SP nº 1012, portador da cédula de identidade RG nº 9.796.992-8, expedida pela SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 038.272.757-68, doravante denominada **CONTRATANTE**, e **GMAES TELECOM LTDA-ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 15.644.251/0001-86, sediada na cidade de Itajaí, na Rua Carlos Seara, nº 47, Sala 201 – Bairro Vila Operária - Santa Catarina - SC, neste ato representada pelo seu Sócio Administrador Sr. **César Roberto Silva**, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF/MF sob o nº 807.191.809-10 portador da CNH nº 02553930863, expedida pelo Detran/SC, em conformidade com o contrato social contidos nas folhas 409 a 418 do **Processo nº 442/2017**, doravante denominada **CONTRATADA**, têm, entre si, justo e avençado, e celebram, por força do presente instrumento, elaborado de acordo com minuta examinada pela Assessoria Jurídica, “ex vi” do disposto no parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/93, e em conformidade com o **Pregão Eletrônico nº 07/2018**, este **CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MAILING JORNALÍSTICO**, que se regerá pelas disposições da Lei nº 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto nº 5.450/2005, Decreto nº 8.538/2015, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/1993, e no que couber as Instruções Normativas do MPOG, nº 05/2017 e nº 3/2018 e suas alterações, assim como as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

**CLÁUSULA I – DO OBJETO**

**1.1.** O presente contrato tem por objeto prestação de serviços mailing jornalístico que compreenderão dados de contato de jornalistas e de veículos de todos os Estados do Brasil, assim como ferramenta de e-mail marketing responsável pelo envio de press releases e boletins informativos, encartes e adesivos, nos termos e condições a seguir:

**1.1.1. Das características do serviço de mailing jornalístico:**

**I.** O sistema deverá permitir a confecção de listas de endereços de e-mails e telefone, com seleção a ser feita a partir dos seguintes critérios, entre outros:

- a) Localização do veículo/Abrangência (região, estado e cidade);*
- b) Tipo de veículo/Mídia (jornal, revista, rádio, televisão, internet, agências de notícias, etc);*
- c) Editoria/Departamento/Área de atuação do repórter/Especialidade;*
- d) Cargo do jornalista (editor, repórter, chefe de redação, etc);*
- e) Periodicidade/Tiragem (veículos de grande mídia, mídia regional, mídia local, etc).*



Serviço Público Federal  
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

Conselho Federal de Medicina Veterinária	
Folha	Nº do Processo
Rubrica	

- II.** Com base nos critérios de busca selecionados pelo usuário, o sistema deverá processar a pesquisa e tornar o resultado visível.
- III.** Uma vez gerado, o mailing ficará hospedado no servidor da empresa contratada, de forma que possa ser acessado, via internet, por qualquer usuário que detenha autorização de acesso (login e senha).
- IV.** O sistema deverá ser capaz de gravar um ou mais mailings ou listas, além de disponibilizar ao usuário a opção de atualizar os contatos dos mailings já gerados.
- V.** O sistema deverá ter interface com fácil manuseio pela equipe da CONTRATANTE com base de utilização local (em desktop instalado dentro da entidade ou notebooks) ou através de plataforma virtual (visualização/manuseio por meio de site da contratada).
- VI.** O sistema deverá fornecer, além dos endereços de e-mail, outros dados de contato dos jornalistas e dos veículos, tais como endereço, telefone, fax, website da empresa de comunicação, etc.
- VII.** O banco de dados da empresa, que servirá de base para a seleção do mailing, deverá conter, no mínimo, 10 mil e-mails cadastrados e ser atualizado pelo menos uma vez por mês.
- VIII.** A data da última atualização do banco de dados deverá estar visível na página inicial do sistema.
- IX.** A CONTRATADA deve atualizar o banco de dados sempre que solicitado pela CONTRATANTE, incluindo na relação de e-mails os contatos dos veículos que forem de interesse do CFMV, seja da grande mídia ou de mídia especializada.
- X.** A empresa deverá apresentar ao CFMV a ferramenta de software contratada, demonstrando suas funcionalidades de modo que os usuários tenham total autonomia para utilizar a ferramenta e suas funções.
- XI.** A ferramenta deverá ter interface amigável, que permita a operação de todas as funcionalidades pelos próprios usuários, sem necessidade de conhecimento técnico.
- XII.** A ferramenta deverá conter editor de mensagens para a criação de mensagens em HTML, contendo texto, imagens e links.

**1.1.2. Das especificações e da assistência técnica da ferramenta de e-mail marketing**

- I.** A ferramenta deverá ser capaz de enviar e-mails para listas de contatos da própria CONTRATANTE, oferecendo a opção de importação de dados.
- II.** A ferramenta deverá enviar arquivos em formato DOC, HTML ou PDF, incluindo a opção de upload de *template* desenvolvido por terceiros; além de inclusão de assinatura automática, de arquivos anexados, fotos ou imagens em formato JPEG ou PNG e vídeos.
- III.** A ferramenta deverá ter opção de incluir, para o destinatário, a opção de não receber mais e-mails do boletim enviado, e o descadastramento deverá ser imediato e automático.



Serviço Público Federal  
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

Conselho Federal de Medicina Veterinária	
Folha	Nº do Processo
Rubrica	

IV. A ferramenta deverá permitir o cadastramento de vários e-mails de remetente e possibilitar a indicação de endereço diverso do remetente para envio de resposta e/ou confirmação de recebimento.

V. A ferramenta deverá gerar, em tempo real, relatórios de acompanhamento da entrega e da abertura das mensagens, com as seguintes informações:

- a) número de mensagens enviadas;
- b) número de mensagens com abertura e leitura confirmadas e não-confirmadas;
- c) data e hora da abertura das mensagens;
- d) taxa de retorno das mensagens, com indicação do motivo que impediu a entrega (caixa postal cheia, erro no endereço do destinatário, etc);
- e) informações de envio e abertura segmentadas por categorias previamente definidas pela CONTRATADA.

VI. O usuário poderá agendar o envio automático de e-mails para quaisquer datas e horários futuros.

VII. A ferramenta deverá permitir envio de 600 (seiscentos) mil disparos mensais.

VIII. A ferramenta deverá manter arquivo de mensagens enviadas (histórico).

IX. A ferramenta de e-Mail Marketing deverá ser configurada para apontar para os servidores SMTP do CFMV a fim de que as mensagens de saída para a Internet sejam oriundas dos endereços IP oficiais registrados do domínio "cfmv.gov.br".

X. No caso de mudanças de configurações internas na rede do CFMV, a contratada deverá realizar ajustes e configurações na ferramenta sempre que for necessário.

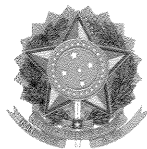
XI. Deverão ser criadas regras nos Firewalls das duas empresas (Contratante e Contratada) para que se restrinja o IP origem e IP destino na porta SMTP-Relay (porta 25) ou porta 587 (SMTP autenticado) a fim de que sejam monitorados e auditados todo o tráfego de mensagens oriundas da ferramenta de e-Mail Marketing.

XII. Opcionalmente, a empresa contratada poderá instalar a ferramenta no ambiente do CFMV, a fim de reduzir o tráfego de rede no link de comunicação, bem como simplificar as configurações de regras de firewall. Para isso a ferramenta de e-Mail Marketing deverá ainda:

- a) Ser compatível com a plataforma de sistemas operacionais existente do CFMV;
- b) Funcionar em máquina virtual (VM);
- c) Possuir e permitir rotinas de backup/restore locais e remotas;
- d) Permitir utilização de antivírus aprovado pelo CFMV;

XII.I. Fica a critério do CFMV a definição de opção da ferramenta ser instalada em ambiente da empresa ou no ambiente do Conselho.

XIII. Fica a critério do CFMV a definição de opção da ferramenta ser instalada em ambiente da empresa ou no ambiente do Conselho.



Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

Conselho Federal de Medicina Veterinária	
Folha	N.º do Processo
Rubrica	

XIV. As mensagens produzidas e enviadas pela ferramenta deverão atender às boas práticas da lei *CAN-SPAM*, bem como não acrescentar nenhum banner, figura, ou qualquer tipo de propaganda que não seja de acordo ao objetivo do órgão.

XV. A contratada não poderá enviar mensagem em nome do domínio “cfmv.gov.br” partindo de seus próprios servidores, exceto no caso de acordo entre as partes, onde o CFMV configurará os IPs da contratada no registro MX do DNS do órgão.

XVI. A ferramenta deverá oferecer a opção de higienização de lista de e-mails de uma campanha já enviada com base nos e-mails foram considerados inválidos.

XVII. A ferramenta deverá oferecer uma análise *anti spam* de todo material que estiver sendo preparado para envio.

1.2. Integram este instrumento, independentemente de transcrição:

- a) Termo de Referência, acostados às fls. 303 a 314;
- b) Edital do Pregão Eletrônico fls. 390 a 403;
- c) Proposta Comercial da Contratada, acostada à folha 407; e
- d) Ata de Pregão Eletrônico fls. 451 a 454.

**CLÁUSULA II – DO REGIME DE EXECUÇÃO**

2.1. A execução do objeto do presente contrato, será sob o regime de empreitada por preço global, com a prestação dos serviços descritos em sua Cláusula Primeira, segundo as condições estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência do Edital de Licitação CFMV nº 07/2018 e neste instrumento.

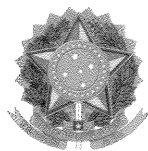
**CLÁUSULA III – DO VALOR CONTRATUAL**

3.1. O valor global do presente contrato é de **R\$ 12.000,00 (doze mil reais)**, sendo o valor mensal de **R\$ 1.000,00 (mil reais)**, conforme detalhamento da tabela abaixo:

Item	Especificação	Serviços	Valor Mensal	Valor Total
01	SERVIÇO DE MAILING JORNALÍSTICO, conforme o detalhamento Cláusula Primeira	12 meses	R\$ 1.000,00	R\$ 12.000,00
VALOR GLOBAL			R\$ 1.000,00	R\$ 12.000,00

**CLÁUSULA IV – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

4.1. A despesa decorrente deste objeto está prevista no Empenho n.º 1182 (fl. 464), sob a Rubrica:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

Conselho Federal de Medicina Veterinária	
Folha	N.º do Processo
Rubrica	

6.2.2.1.1.01.02.02.006.999– Outros Serviços Prestados –PJ
Centro de custo: 1.01.02.0004 – Serviço de Terceiros e Encargos

4.2. As despesas dos anos subsequentes correrão à consta da dotação consignada para a atividade nos respectivos exercícios.

**CLÁUSULA V – DO PRAZO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

5.1. O pagamento ocorrerá até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente a execução do objeto, contados após a data do recebimento do relatório mensal mediante a apresentação da nota fiscal eletrônica/fatura, devidamente atestada pelo fiscal do contrato.

5.2. A nota fiscal eletrônica/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado pelo estabelecimento indicado na proposta de preços e nos documentos de habilitação.

5.3. O pagamento, mediante a emissão de qualquer modalidade de Ordem Bancária, será realizado desde que a Contratada efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias;

5.4. Antes do pagamento, a CONTRATANTE verificará, por meio de consulta eletrônica, a regularidade do cadastramento da CONTRATADA no SICAF (Receitas Federal, Estadual, Municipal, FGTS e INSS) e/ou nos sites oficiais, especialmente quanto à regularidade fiscal e trabalhista, devendo seu resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

5.5. Os pagamentos somente serão efetuados após o “atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA, que conterá o detalhamento dos materiais entregues, o número do processo e da nota de empenho correspondentes e os dados bancários para emissão da ordem bancária de crédito em nome da CONTRATADA.

5.6. O “atesto” fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA com os materiais entregues em conformidade com as especificações técnicas exigidas, bem como à verificação da qualidade mínima exigida.

5.7. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

5.8. Será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA não entregou os materiais conforme as especificações deste documento.

5.9. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.10. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

Conselho Federal de Medicina Veterinária	
Folha	N.º do Processo
Rubrica	

aquele regime. No entanto o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação por meio de documento oficial de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**5.11.** Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela CONTRATANTE, ao valor devido acrescentar-se-á a atualização financeira. Sua apuração far-se-á da data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100)/365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso

**5.12.** A cada pagamento ao fornecedor, a CONTRATANTE realizará consulta ao SICAF e aferição de possível proibição de contratar com o poder público federal, para verificar a manutenção das condições de habilitação.

**5.13.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade, a CONTRATADA deverá efetuar a regularização no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação pela Administração, ou, no mesmo prazo, apresentar sua defesa.

**5.14.** O prazo acima poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Administração.

**5.15.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Administração comunicará aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do fornecedor, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado pela Administração, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

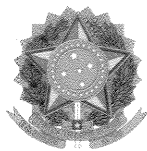
**5.16.** Persistindo a irregularidade, a Administração adotará as medidas necessárias à rescisão dos contratos em execução, nos autos dos processos administrativos correspondentes, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

## CLÁUSULA VI – DA VIGÊNCIA

**6.1.** A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, constados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por sucessivos períodos de 12 (doze) meses, limitada à duração a 60 (sessenta) meses, caso sejam preenchidos os requisitos abaixo enumerados e autorizado formalmente pela autoridade competente:

**6.1.1.** os serviços foram prestados regularmente;

**6.1.2.** a contratada não tenha sofrido punição de natureza impeditiva;



Serviço Público Federal  
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

Conselho Federal de Medicina Veterinária	
Folha	N.º do Processo
Rubrica	

- 6.1.3. a Administração ainda tenha interesse na realização dos serviços;
- 6.1.4. o valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração; e
- 6.1.5. a contratada manifeste expressamente interesse na prorrogação;

**CLÁUSULA VII – DOS PRAZOS E FORMA DE ENTREGA**

- 7.1. A CONTRATADA fornecerá login e senha ao CONTRATANTE, possibilitando que os usuários indicados pela ASCOM/CFMV acessem o serviço em, no máximo, 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento do contrato, devidamente assinado.
- 7.2. O serviço deverá ser ininterrupto; ou seja, terá de estar disponível 24 horas por dia, os sete dias da semana, incluindo sábados, domingos e feriados.

**CLÁUSULA VIII – DO REAJUSTE E DAS ALTERAÇÕES**

- 8.1. Os preços contratados poderão ser reajustados, desde que observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, a contar da data da apresentação da proposta, ou nos reajustes subsequentes ao primeiro, sendo a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste, utilizando-se a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), acumulado no período de 12 (doze) meses.
- 8.2. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 8.3. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 8.4. As **supressões** resultantes de acordo **celebrado entre as partes contratantes** poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**CLÁUSULA IX – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

- 9.1. Além das obrigações resultantes da observância da Lei nº 8.666/93, da Lei nº 10.520/02 e do Edital e seus anexos, compete à **CONTRATADA**:

- 9.1.1. responsabilizar-se pela perfeita execução do objeto, entregando-o, por sua conta e risco, no prazo e condições contidas neste termo de referência, em estrita observância às exigências do futuro edital e de seus anexos;
- 9.1.2. comunicar a administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de fatos supervenientes que impossibilitem o cumprimento dos prazos previstos, com as devidas comprovações;;
- 9.1.3. não utilizar o nome do CFMV, ou sua qualidade de CONTRATADA, em quaisquer atividades de divulgação empresarial, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e





Serviço Público Federal  
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

Conselho Federal de Medicina Veterinária	
Folha	N.º do Processo
Rubrica	

impressos, sob pena de rescisão do contrato, salvo quando devidamente autorizado, após pedido formal;

**9.1.4.** responsabilizar-se pela perfeita execução do objeto, entregando-o, por sua conta e risco, no prazo e condições contidas neste termo de referência, em estrita observância às exigências do futuro edital e de seus anexos;

**9.1.5.** comunicar a administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de fatos supervenientes que impossibilitem o cumprimento dos prazos previstos, com as devidas comprovações;

**9.1.6.** não utilizar o nome do CFMV, ou sua qualidade de CONTRATADA, em quaisquer atividades de divulgação empresarial, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e impressos, sob pena de rescisão do contrato, salvo quando devidamente autorizado, após pedido formal;

**9.1.7.** manter seus empregados sob as normas disciplinares da CONTRATANTE, substituindo aquele(s) considerado(s) inconveniente pelo fiscal do contrato

**9.1.8.** assumir todo e qualquer ônus referente a salário, horas extras, adicionais e demais encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e fiscais gerados por força deste contrato em relação aos seus empregados;;

**9.1.9.** responsabilizar-se perante a Administração e terceiros, por ações ou omissões de seus empregados, prepostos e contratados, das quais resultem danos ou prejuízos a pessoas ou bens, não implicando co-responsabilidade da CONTRATANTE;

**9.1.10.** aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias na contração objeto da presente licitação, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, conforme previsto no art. 65, § 1º, da Lei 8.666/93;

**9.1.11.** ressarcir os eventuais prejuízos causados ao CFMV e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações oriundas desta contratação;

**9.1.12.** emitir fatura no valor pactuado, de acordo com as condições do Contrato, constando detalhadamente as especificações do objeto, apresentando ao Contratante para ateste e pagamento;

**9.1.13.** não subcontratar qualquer parte do objeto licitatório;

**9.1.14.** reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;;

**9.1.15.** cumprir fielmente o contrato, usando pessoal capacitado, com boa técnica indispensável à consecução do objeto;

**9.1.16.** manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse da Contratante ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto desse Contrato, devendo orientar seus empregados nesse sentido;





Serviço Público Federal  
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

Conselho Federal de Medicina Veterinária	
Folha	N.º do Processo
Rubrica	

**9.1.17.** substituir o empregado/preposto que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades, no prazo estipulado pelo gestor/fiscal do contrato.

**9.1.18.** comparecer à reunião de avaliação e de alinhamento a ser realizada na sede da CONTRATANTE, em Brasília, quando se fizer necessário;

**9.1.19.** arcar com todas as despesas de frete para a entrega do objeto;

**9.1.20.** responsabilizar-se por todo e qualquer dano que, por dolo ou culpa, os seus profissionais causarem às dependências, móveis, utensílios ou equipamentos do CFMV, ou a terceiros, ficando, desde já, autorizado o desconto do valor correspondente dos pagamentos devidos ao CONTRATADO;

**9.1.21.** responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados ou prepostos alocados à execução dos serviços objeto deste Contrato, no desempenho dos serviços ou em conexão com estes, ainda que verificados nas dependências do CFMV;

**9.1.22.** manter-se durante toda a vigência contratual, em situação regular perante as Fazendas Federal e Estadual, a Seguridade Social e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

**9.2. São expressamente vedadas à CONTRATADA:**

**9.2.1.** a veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização da CONTRATANTE;

**9.2.2.** a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal da CONTRATANTE, ativo ou aposentado, há menos de 5 (cinco) anos, ou de ocupante de cargo em comissão, assim como de seus cônjuges, parentes ou afins, até o 3º grau, durante a vigência deste contrato.

**9.3.** Além das obrigações resultantes da aplicação da Lei nº 8.666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da **CONTRATANTE**:

**9.3.1.** Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratado;

**9.3.2.** Atestar nas notas fiscais eletrônicas/fatura a efetiva entrega do objeto contratado e o seu recebimento;

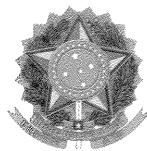
**9.3.3.** Efetuar os pagamentos devidos, desde que atendidas as exigências do Edital e seus Anexos;

**9.3.4.** Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do avençado, em especial, aplicação de sanções e alterações dele;

**9.3.5.** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.

**9.4. A CONTRATANTE, além das obrigações previstas no edital e seus anexos, deve ainda:**

**9.4.1.** prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da CONTRATADA;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

Conselho Federal de Medicina Veterinária	
Folha	N.º do Processo
Rubrica	

**9.4.2.** permitir acesso dos empregados da CONTRATADA às suas dependências para a execução do serviço;

**9.4.3.** exercer a fiscalização dos serviços por servidores especialmente designados;

**9.4.4.** comunicar oficialmente à CONTRATADA quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave;

**9.4.5.** atestar as notas fiscais/faturas correspondentes e efetuar o pagamento mensal devido pela execução dos serviços, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do contrato.

**CLÁUSULA X – DA FISCALIZAÇÃO DO OBJETO**

**10.1.** O acompanhamento e a fiscalização da execução deste Contrato consistem na verificação, pelo Contratante, da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento da execução, e será acompanhada e fiscalizada pela Líder da Área de Gestão da Comunicação do CFMV ou por representante indicado pela CONTRATANTE, devidamente designado para esse fim, permitida a assistência de terceiros.

**10.2.** O fiscal pode sustar qualquer trabalho que esteja sendo executado em desacordo com o especificado, sempre que esta medida se tornar necessária.

**10.3.** Serão anotadas em registro próprio todas as ocorrências relativas ao serviço e tomadas as providências cabíveis para sanar faltas ou defeitos observados.

**10.4.** O fiscal da CONTRATANTE se reportará diretamente ao preposto da CONTRATADA.

**10.5.** O fiscal não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de qualquer responsabilidade da CONTRATADA para terceiros.

**10.6.** A fiscalização exercida pelo CFMV, não afasta a única e exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.

**CLÁUSULA XI – DAS SANÇÕES**

**11.1.** Com fundamento nos artigos 86 e 87, incisos I a IV, da Lei no 8.666, de 1993; e no art. 7º da Lei no 10.520, de 17/07/2002, nos casos de retardamento, falha na execução do contrato ou de inexecução parcial ou total do objeto, garantida a ampla defesa, a CONTRATADA poderá ser apenada com às seguintes sanções:

**I** – advertência.

**II** - multa moratória de:

**a** - 1% (um por cento) sobre o valor da nota/fatura apresentada, por dia de atraso na execução, limitado até o 5º (quinto) dia, por atrasos não justificados para execução do serviço.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

Conselho Federal de Medicina Veterinária	
Folha	Nº do Processo
Rubrica	

**b** - 10% (dez por cento) sobre o valor da nota/fatura apresentada, quando o atraso das obrigações forem superiores a 5 (cinco) dias, limitado até 10º (décimo) dia.

**III** - Multa compensatória de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, sem prejuízo das demais penalidades;

**IV** - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Conselho Federal de Medicina Veterinária - CFMV, por prazo não superior a dois anos;

**V** - impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até cinco anos; ou

**VI** - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o Fornecedor ressarcir o CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada.

**11.2.** Será aplicável, cumulativamente ou não com as sanções previstas nos incisos I, IV, V e VI, as multas previstas nos incisos II e III.

**11.3.** No processo de aplicação de sanções, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, facultada defesa do interessado no prazo de 10 (dez) dias contados do recebimento da respectiva intimação.

**11.4.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**11.5.** O valor da multa aplicada deverá ser recolhida no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus.

**11.5.1.** Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

**11.6.** As sanções serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

**CLÁUSULA XII – DA RESCISÃO**

**12.1.** O não cumprimento de qualquer cláusula ou condição prevista neste contrato ou a inobservância do Edital, seus anexos e das prescrições legais pertinentes aos contratos administrativos confere à CONTRATANTE o direito de rescindi-lo, conforme previsto na Seção V do Capítulo III da Lei nº 8.666/93.

**12.2.** Caberá a rescisão do Contrato na ocorrência de quaisquer motivos relacionados no art. 78 da Lei nº 8.666/93.



Serviço Público Federal  
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

Conselho Federal de Medicina Veterinária	
Folha	N.º do Processo
Rubrica	

**12.3.** A rescisão do contrato poderá ser:

**12.3.1.** Determinada por ato unilateral e escrito da administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93;

**12.3.2.** Amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração; ou

**12.3.3.** Judicial, nos termos da legislação.

**12.4.** Os procedimentos de rescisão contratual, tanto a amigável, como a determinada por ato unilateral da Contratante, serão formalmente motivados, asseguradas, à CONTRATADA, na segunda hipótese, a produção de contraditório e a dedução de ampla defesa, mediante prévia e comprovada intimação da intenção da Administração para quê, se o desejar, a Contratada apresente defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados de seu recebimento e, em hipótese de desacolhimento da defesa, interponha recurso hierárquico no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da intimação comprovada da decisão rescisória.

**12.5.** A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

**CLÁUSULA XIII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

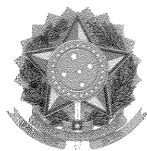
**13.1.** Este contrato regula-se pela Lei nº 10.520/2002, Decretos 5.450/2005 e 8.538/2015, Lei Complementar nº 123/2006, e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/1993, e por suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-lhe, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos contratos e as disposições de direito privado, principalmente as do Código de Defesa do Consumidor.

**13.1.1.** Reuniões eventualmente realizadas entre as Contratantes, bem como ocorrências que possam ter implicações neste Contrato, serão registradas por escrito e assinadas pelos prepostos/representantes.

**13.1.2.** Estão incluídos no preço todos os custos de fornecimentos e serviços, sendo de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA a quitação das obrigações tributárias (diretas ou indiretas), previdenciárias, trabalhistas, securitárias, taxas, transportes e equipamentos que incidam ou venham a incidir sobre o Objeto deste contrato.

**13.1.3.** A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução, integral ou não, ou inexecução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado em decorrência de seu ato, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**13.1.4.** Os casos fortuitos ou de força maior serão excludentes de responsabilidade, salvo se derivados de atuação culposa, conforme estabelecido no parágrafo único do artigo 393 do Código Civil Brasileiro.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

Conselho Federal de Medicina Veterinária	
Folha	Nº do Processo
Rubrica	

**13.1.5.** Os casos omissos serão analisados pelos representantes legais das partes, com o intuito de solucionar o impasse, sem que haja prejuízo para nenhuma delas, tendo por base o que dispõem as Leis nº 8.666/93, 8.078/90 e demais legislações vigentes aplicáveis à espécie.

**CLÁUSULA XIV – DA PUBLICAÇÃO**

**14.1.** A CONTRATANTE providenciará, às suas expensas, a publicação deste contrato, por extrato, no Diário Oficial da União até o quinto dia útil do mês subsequente ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data, conforme previsto no parágrafo único, art. 61, da Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA XV – DO FORO**

**15.1.** As partes elegem o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal (Art.109, I, CRFB/88), como o competente para dirimir quaisquer questões provenientes deste contrato eventualmente não resolvidas no âmbito administrativo, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado e contratado, foi lavrado o presente contrato, que depois de lido e achado conforme, é assinado, em duas vias de igual teor e forma, pelas partes contratantes, tendo sido arquivado em ordem cronológica no CFMV, com registro sistemático de seu extrato, e dele extraídas as cópias necessárias.

Brasília-DF, 16 de outubro de 2018.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

Contratante

GMAES TELECOM LTDA-ME

Contratada

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_

CI/CPF: 001.534.961-49

2. \_\_\_\_\_

CI/CPF: